

A ATIVIDADE LÚDICA COMO FERRAMENTA NA MINIMIZAÇÃO DE DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM EM CRIANÇAS¹

Lidianne de Faria Bechara Andere

Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica pelo Unasp – Campus São Paulo

lidibechara@hotmail.com

Resumo: este artigo tem por objetivo incentivar a ampliação de possibilidades de lazer e de recreação voltadas a crianças, com espaços que valorizem a criatividade e a imaginação, por meio da ludicidade – auxiliando no desenvolvimento desse público e permitindo, assim, que as crianças cresçam como seres humanos integrais, capazes de interagir de forma saudável e plena. Para isso, é preciso possibilitar o acesso a vários tipos de brinquedos e de brincadeiras, valorizar o brincar e as atividades lúdicas, estimular a expressão da linguagem infantil, promover o encontro e a socialização, incentivar o trabalho em equipe, enriquecer as relações familiares, com a participação dos adultos nas atividades infantis, e desenvolver hábitos de responsabilidade e de cooperação entre as crianças e os adultos. É importante que se comprove a eficácia do brinquedo e do ato de brincar na vida das crianças, assim como a interação entre elas e com os tutores. Além disso, pretende-se contribuir para que pedagogos e psicólogos percebam a importância de suas profissões andarem lado a lado, em auxílio mútuo. E, por fim, colaborar para que o tutor da criança entenda a importância de se fazer um acompanhamento psicopedagógico e psicoterapêutico com ela, especialmente por meio da ludoterapia.

Palavras-chave: lazer, recreação, ludicidade, desenvolvimento, brincar, ludoterapia.

Abstract: this article aims to encourage the expansion of possibilities for leisure and recreation related to children, with spaces that enhance creativity and imagination through playfulness - assisting in the development of this public and, thereby, allowing children to grow as integral human beings, able to interact in a healthy and complete manner. For this, we must provide access the various types of toys and games, value the playing and fun activities,

¹ Artigo redigido para Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Psicopedagogia Institucional e Clínica – Centro Universitário Adventista de São Paulo - UNASP, 2011, sob a orientação da Profa. Dra. Marinalva Imaculada Cuzin.

stimulate the expression of the language, promote contact and socialization, encourage teamwork, enhance family relationships, with adult participation in children's activities, and develop habits of responsibility and cooperation among children and with adults. It is important to prove the effectiveness of the toy and the act of play in the children's lives, as well as the interaction among themselves and with tutors. Moreover, it is intended to help educators and psychologists to understand the importance of their professions walk side by side, in mutual assistance. And, finally, to encourage tutors to assist children to understand the importance of follow up with psychopedagogy and psychotherapy sessions, especially through play therapy.

Keywords: recreation, playfulness, development, play, play therapy.

Introdução

Nos dias de hoje, as crianças perderam muito de seu espaço, tanto por fatores inter como intrapsíquicos. Elas costumam ser mal-compreendidas em casa, pela família (especialmente pelos pais), e na escola. Além disso, não possuem espaço suficiente para brincar e correr, pois muitas moram em apartamentos ou em casas praticamente sem quintal – e, como sabemos, não é mais tão seguro participar de atividades na rua. Assim, elas precisam de um espaço saudável para se desenvolver. Nesse contexto, o espaço lúdico apresenta-se como um ambiente adequado, onde se pode analisar a interação da criança com os objetos e, ainda, com outras crianças ou com os próprios tutores. Consequentemente, esse espaço se torna propício durante o processo psicopedagógico e psicoterapêutico.

Atividades lúdicas

O jogo ajuda a criança a construir suas novas descobertas, desenvolve e enriquece sua personalidade e simboliza um instrumento pedagógico que leva ao professor a condição de condutor, estimulador e avaliador da aprendizagem.

Os jogos e brincadeiras são excelentes oportunidades de mediação entre o prazer e o conhecimento historicamente constituído, já que o lúdico é eminentemente cultural. Por meio da ótica do psicólogo suíço Jean Piaget, pode-se notar que a concepção dos jogos não é apenas uma forma de desafogo ou entretenimento para gastar energias das pessoas, mas meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual.

Ao tomarmos como parâmetro as teorias de DANTAS (1998) “o termo lúdico refere-se à função de brincar (de uma forma livre e individual) e jogar (no que se refere a uma conduta social que supõe regras)”. Assim, o jogo é como se fosse uma parte inerente do ser humano, sendo encontrado na filosofia, na arte, na pedagogia, na poesia (com rimas de palavras) e em todos os atos de expressão. O jogo não necessita essencialmente de um ganhador e de um perdedor.

Portanto, o emprego da atividade lúdica definiu-se a toda e qualquer tipo de atividade alegre e descontraída, desde que possibilite a expressão do agir e interagir. Queremos destacar, ainda, que embora alguns pesquisadores centralizam a ação do lúdico na aprendizagem infantil, o adulto também pode ser beneficiado com atividades lúdicas, tornando o processo de ensino/aprendizagem mais motivado, descontraído e prazeroso, aliviando certas tensões que são carregadas pelo ser humano devido ao constante estresse do dia-a-dia.

Quando as situações lúdicas são intencionalmente criadas pelo professor, visando estimular a aprendizagem, revela-se então a dimensão educativa. Assim, o professor é o responsável pela melhoria da qualidade do processo de ensino/aprendizagem, cabendo a ele desenvolver as novas práticas didáticas que permitam aos discentes um maior aprendizado.

Os jogos ajudam a criar um entusiasmo sobre o conteúdo a ser trabalhado a fim de considerar os interesses e as motivações dos educandos em expressar-se, agir e interagir nas atividades lúdicas realizadas na sala de aula.

O jogo enquanto ferramenta de aprendizagem vai se desenvolver de forma positiva se o educador souber trabalhar adequadamente com ele. É sabido que muitos vêem este tipo de atividade como atividade de disputa, onde há perdedores e ganhadores, e uma grande parte dos docentes dissemina este conceito errôneo que se tem desta atividade. Quando se trabalha o corpo, a ludicidade e o jogo, desenvolvemos diversas potencialidades, como a criatividade, o prazer, a interação entre as pessoas, a cooperação e outras.

Devido o caráter sócio-histórico de Vygotsky, que aponta a brincadeira como uma atividade dominante na infância, na qual a criança expressa sua imaginação, conhece seu corpo e até mesmo cria suas próprias regras, verificamos que a brincadeira tem caráter essencial na formação e no desenvolvimento do indivíduo na sociedade. Todavia, constantemente nos deparamos com situações onde os jogos são relegados a um segundo plano.

O desenvolvimento da criança e seu conseqüente aprendizado ocorrem quando esta participa ativamente, seja discutindo as regras do jogo, seja propondo soluções para resolvê-

los. É de extrema importância que o professor também participe e que proponha desafios em busca de uma solução e de uma participação coletiva. Neste caso, o papel do educador será de mediador e este não delimitará mais a função de cada um e nem de como se deve jogar.

Desta forma, as atividades lúdicas cooperativas contribuem e oportunizam as crianças momentos de expressão, criação e troca de informação, além de trabalhar a cooperação. Torna-se necessário, ainda, que o educador reavalie seus conceitos a respeito dessas atividades, principalmente com relação aos jogos, e que neste processo a criança tenha espaço para expressar sua fala, seu ponto de vista e suas sugestões. O professor, ao propor algum tipo de atividade, deve deixá-lo à vontade, pois através da troca de experiências com outros colegas, da criatividade e da busca de soluções, ele conseguirá construir seu próprio conhecimento.

Dificuldades de Aprendizagem

Ao avaliar as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, vamos encontrar diversas categorias. Haverá aqueles que necessitam da intervenção psicológica ou psicopedagógica ou, até mesmo, aqueles que o problema pode ser resolvido dentro do contexto escolar, por meio de programas individualizados de ensino e práticas pedagógicas diferenciadas. Dessa forma, a avaliação torna-se um elemento muito importante para se traçar o caminho a seguir. Avaliar não para classificar, para rotular, mas para promover alternativas.

A aprendizagem e a construção do conhecimento são processos naturais e espontâneos do ser humano que, desde muito cedo, aprende a mamar, falar, andar e pensar, garantindo, assim, sua sobrevivência. Com aproximadamente três anos, as crianças são capazes de construir as primeiras hipóteses e já começam a questionar sobre a existência.

Alicia Fernández (2001) nos relata que todo sujeito tem sua modalidade de aprendizagem e os seus meios para construir o próprio conhecimento, e isso significa uma maneira muito pessoal para se dirigir e construir o saber.

Já Piaget (1976) busca subsídios na linha cognitivista para desenvolver uma caracterização do processo de aprendizagem. Ele afirma que a aprendizagem é um processo necessariamente equilibrante, pois faz com que o sistema cognitivo busque novas formas de interpretar e compreender a realidade enquanto o aluno aprende.

A aprendizagem é um fruto da história de cada sujeito e das relações que ele consegue estabelecer com o conhecimento ao longo da vida, afirma Bossa (2000).

Porém, quando falamos em aprendizagem, não podemos relacionar o problema simplesmente com o aluno, pois, a aprendizagem não é um processo individual, ou seja, não depende só do esforço de quem aprende, mas sim de um processo coletivo.

É o que ainda nos mostra Fernández (2001) em relação à importância da família que, por sua vez, também é responsável pela aprendizagem da criança, já que os pais são os primeiros ensinantes e os mesmos determinam algumas modalidades de aprendizagem dos filhos.

Esta consideração também nos remete a relação professor-aluno, para essa mesma autora, “quando aprendemos, aprendemos com alguém, aprendemos daquele a quem outorgamos confiança e direito de ensinar.”

Almeida (1993), também considera que a aprendizagem ocorre no vínculo com outra pessoa, a que ensina, “aprender, pois, é aprender com alguém”. É no campo das relações que se estabelecem entre professor e o aluno que se criam às condições para o aprendizado, seja quais forem os objetos de conhecimentos trabalhados.

A aprendizagem escolar também é considerada um processo natural, que resulta de uma complexa atividade mental, na qual o pensamento, a percepção, as emoções, a memória, a motricidade e os conhecimentos prévios estão envolvidos, e onde a criança deva sentir o prazer em aprender.

O estudo do processo de aprendizagem humana e suas dificuldades são desenvolvidos pela psicopedagogia, levando-se em consideração as realidades interna e externa, utilizando-se de vários campos do conhecimento, integrando-os e sintetizando-os. Procurando compreender de forma global e integrada os processos cognitivos, emocionais, orgânicos, familiares, sociais e pedagógicos que determinam a condição do sujeito e interferem no processo de aprendizagem, possibilitando situações que resgatem a aprendizagem em sua totalidade de maneira prazerosa.

Segundo Maria Lúcia Weiss (2007, p.45):

A aprendizagem normal dá-se de forma integrada no aluno (aprendente), no seu pensar, sentir, falar e agir. Quando começam a aparecer ‘dissociações de campo’ e sabe-se que o sujeito não tem danos orgânicos, pode-se pensar que estão se instalando dificuldades na aprendizagem: algo vai mal no pensar, na sua expressão, no agir sobre o mundo.

Atualmente, a política educacional prioriza a educação para todos e a inclusão de alunos que, há pouco tempo, eram excluídos do sistema escolar por portarem deficiências físicas ou cognitivas. Porém, um grande número de alunos (crianças e adolescentes) que, ao

longo do tempo, apresentaram dificuldades de aprendizagem e estavam fadados ao fracasso escolar, puderam freqüentar as escolas sendo rotulados, em geral, como alunos difíceis.

Raramente as dificuldades de aprendizagem têm origens apenas cognitivas. Atribuir ao próprio aluno o seu fracasso, considerando que haja algum comprometimento no seu desenvolvimento psicomotor, cognitivo, lingüístico ou emocional (conversa muito, é lento, não faz a lição de casa, não tem assimilação, entre outros.), desestruturação familiar, sem considerar as condições de aprendizagem que a escola oferece a este aluno e os outros fatores intra-escolares que favorecem a não aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem na escola podem ser consideradas uma das causas que conduzem o aluno ao fracasso escolar. Não podemos desconsiderar que o fracasso do aluno também pode ser entendido como um fracasso da escola por não saber lidar com a diversidade dos seus alunos. É preciso que o professor atente para as diferentes formas de ensinar, pois há muitas maneiras de aprender. O professor deve ter consciência da importância de criar vínculos com os seus alunos através das atividades cotidianas, construindo e reconstruindo sempre novos vínculos, mais fortes e positivos.

O aluno, ao perceber que apresenta dificuldades em sua aprendizagem, muitas vezes começa a apresentar desinteresse, desatenção, irresponsabilidade, agressividade, etc. A dificuldade acarreta sofrimentos e nenhum aluno apresenta baixo rendimento por vontade própria.

Durante muitos anos, os alunos foram penalizados e responsabilizados pelo fracasso, sofrendo punições e críticas. Com o avanço da ciência, não podemos nos limitar a acreditar que as dificuldades de aprendizagem sejam uma questão de vontade do aluno ou do professor, mas sim uma questão muito mais complexa, onde vários fatores podem interferir na vida escolar, tais como os problemas de relacionamento professor-aluno, as questões de metodologia de ensino e os conteúdos escolares.

Se a dificuldade fosse apenas originada pelo aluno, por danos orgânicos ou somente da sua inteligência, para solucioná-lo não teríamos a necessidade de acionarmos a família, e se o problema estivesse apenas relacionado ao ambiente familiar, não haveria necessidade de recorremos ao aluno isoladamente.

A relação professor/aluno torna o aluno capaz ou incapaz. Se o professor tratá-lo como incapaz, não será bem sucedido, não permitirá a sua aprendizagem e o seu desenvolvimento. Se o professor mostrar-se despreparado para lidar com o problema apresentado, mais chances terá de transferir suas dificuldades para o aluno.

Os primeiros ensinantes são os pais, com eles aprendem-se as primeiras interações e, ao longo do desenvolvimento, as aperfeiçoa. Estas relações já estão constituídas na criança ao chegar à escola, e influenciará consideravelmente no poder de produção deste sujeito. É preciso uma dinâmica familiar saudável, uma relação positiva de cooperação, de alegria e de motivação.

Torna-se necessário orientar aluno, família e professor para que juntos possam buscar orientações para lidar com alunos/filhos, que apresentam dificuldades e/ou fogem ao padrão, buscando a intervenção de um profissional especializado. Dicas para os pais:

1. Estabelecer uma relação de confiança e colaboração com a escola.
2. Escutar mais e falar menos.
3. Informar aos professores sobre os progressos feitos em casa em áreas de interesse mútuo.
4. Estabelecer horários para estudar e realizar as tarefas de casa.
5. Servir de exemplo e mostrar seu interesse e entusiasmo pelos estudos.
6. Desenvolver estratégias de modelação como, por exemplo, ao haver um problema para ser solucionado, pensando em voz alta.
7. Aprender com eles ao invés de só ensinar.
8. Valorizar sempre o que o seu filho faz, mesmo que não tenha feito o que você pediu.
9. Disponibilizar materiais para auxiliar na aprendizagem.
10. Conversar, informar e discutir com o seu filho sobre quaisquer observações e comentários emitidos em relação a ele.

A psicopedagogia e o lúdico

É de extrema importância a brincadeira para o desenvolvimento psicológico, social e cognitivo da criança, pois é através dela que a criança consegue expressar seus sentimentos em relação ao mundo social. As atividades lúdicas preparam a criança para o desempenho de papéis sociais, para a compreensão do funcionamento do mundo, para demonstrar e vivenciar emoções. Quanto mais a criança brinca, mais ela se desenvolve sob os mais variados aspectos, desde os afetivo-emocionais, motor, cognitivo, até o corporal. É através da brincadeira que a criança vive e reconhece a sua realidade. Podemos dizer que a brincadeira não é apenas uma dinâmica interna da criança, mas uma atividade dotada de um significado social que necessita

de aprendizagem. Tudo gira em torno da cultura lúdica, pois a brincadeira torna-se possível quando apodera elementos da cultura para internalizá-los e criar uma situação imaginária de reprodução da realidade. É através da brincadeira que a criança consegue adquirir conhecimento, superar limitações e desenvolver-se como indivíduo. Com imaginação, apresentação e simulação, as atividades com jogos são consideradas como estratégia didática, facilitadora da aprendizagem, quando as situações são planejadas e orientadas por profissionais ou adultos, visando aprender, isto é, proporcionar à criança a construção de algum tipo de conhecimento, alguma relação ou desenvolvimento de alguma habilidade.

O lúdico enquanto recurso pedagógico na aprendizagem deve ser encarado de forma séria, competente e responsável. Usado de maneira correta, poderá oportunizar ao educador e ao educando importantes momentos de aprendizagens em múltiplos aspectos. Considerando-se sua importância na aprendizagem, o lúdico favorecerá de forma eficaz o pleno desenvolvimento das potencialidades criativas das crianças, cabendo ao educador intervir de forma adequada, sem tolher a criatividade da criança. Respeitando o desenvolvimento do processo lúdico, o educador poderá desenvolver novas habilidades no repertório da aprendizagem infantil.

Com um trabalho psicopedagógico, podemos contribuir com a sociedade revendo os passos no processo de alfabetização com o lúdico podendo, assim, além de aprimorar o que se pratica, buscar novos caminhos.

Por isso, o lúdico é um importante material da intervenção psicopedagógica, na medida em que possibilita o exercício destas lógicas racionais e afetivas necessárias para a ressignificação dos aspectos patológicos relacionados com a aprendizagem humana.

O lúdico na prática psicopedagógica é muito importante para o aprendizado da criança, pois facilita a associação de palavras e frases. Ele também ajuda no desenvolvimento do paciente, pois o mesmo fica mais tranquilo ao fazer a lição, e o psicopedagogo também vai respeitando o tempo e espaço de cada criança.

É importante lembrar que o brincar precisa estar constantemente nas inquietações e reflexões dos psicopedagogos. É sempre bom que se autoavaliem perguntando: Quais os objetivos de tais brincadeiras? Como elas estão sendo apresentadas às crianças? O que queremos? As crianças estão sendo ouvidas? Só é possível o psicopedagogo reconhecer uma criança se nela ele reconhecer um pouco da criança que já foi e que, de certa forma, ainda existe em si.

Compete ao profissional proporcionar aos seus pacientes/alunos um ambiente rico em atividades lúdicas, já que estas são responsáveis por um desenvolvimento sadio e harmonioso.

Uma lacuna observada como psicopedagogos diz respeito à falta de preparo profissional no atendimento de pacientes com dificuldade de alfabetização, ou seja, há a necessidade de rever e exigir uma formação acadêmica de qualidade para profissionais dessa área.

A maioria dos psicopedagogos se preocupa com sua própria formação e com a qualidade de atendimento que oferecem para seus pacientes/alunos, procurando atualizar-se através de eventos ou recursos materiais. Propomos aos psicopedagogos/educadores transformar o lúdico em trabalho pedagógico para que experimentem, como mediadores, o verdadeiro significado da aprendizagem com desejo e prazer.

Intervenções psicopedagógicas

Para Weiss (2000), a prática psicopedagógica deve considerar o sujeito como um ser global, composto pelos aspectos orgânico, cognitivo, afetivo, social e pedagógico. Vamos entender a participação de cada aspecto na compreensão da dificuldade de aprendizagem. O aspecto orgânico diz respeito à construção biológica do sujeito, portanto, a dificuldade de aprender de causa orgânica estaria relacionada ao corpo. O aspecto cognitivo está relacionado ao funcionamento das estruturas cognitivas. Nesse caso, o problema de aprendizagem residiria nas estruturas do pensamento do sujeito. Por exemplo, uma criança estar no estágio pré-operatório e as atividades escolares exigirem que ela esteja no estágio operatório-concreto. O aspecto afetivo diz respeito à afetividade do sujeito e de sua relação com o aprender, com o desejo de aprender, pois o indivíduo pode não conseguir estabelecer um vínculo positivo com a aprendizagem. O aspecto social refere-se à relação do sujeito com a família, com a sociedade, seu contexto social e cultural. E, portanto, um aluno pode não aprender porque apresenta privação cultural em relação ao contexto escolar. Por último, o aspecto pedagógico, que está relacionado à forma como a escola organiza o seu trabalho, ou seja, o método, a avaliação, os conteúdos, a forma de ministrar a aula, entre outros. Para a autora a aprendizagem é a constante interação do sujeito com o meio. Podemos dizer também que é constante interação de todos os aspectos apresentados. Em contrapartida, a dificuldade de aprendizagem é o não-funcionamento ou o funcionamento insatisfatório de um dos aspectos apresentados ou, ainda, de uma relação inadequada entre eles.

É comum se prestar mais atenção às dificuldades dos alunos, pois elas saltam aos olhos com muito mais evidências que as potencialidades. Pode-se começar a pensar sobre a dificuldade de aprendizagem pelos acertos dos alunos. Assim, experimentando alguns

sucessos, as portas se abrirão para a construção de um vínculo positivo com as demais áreas da aprendizagem que o aluno necessita aprimorar.

Organizar as turmas para o trabalho em grupo, juntando alunos que aprendem com facilidade e alunos que apresentam dificuldades pode ser uma boa alternativa, pois as crianças e os adolescentes “falam a mesma língua” e podem funcionar como professores uns dos outros.

O erro é um indicador de como o aluno está pensando e como ele compreendeu o que foi ensinado. Analisando com mais cuidado os erros dos alunos, pode-se elaborar a reformulação e práticas docentes de modo que elas fiquem perto da necessidade dos alunos e, assim, atendam a dificuldade que o mesmo apresenta.

É importante que o professor reflita sobre as causas do fracasso escolar não para se culpar, mas para se responsabilizar. Responsabilizar-se significa abraçar a causa e procurar alternativas para solucionar o problema. Não podemos nos satisfazer com aprendizagens parciais. Procurar compreender como ocorre o conhecimento, os fatores que interferem na aprendizagem, seus diferentes estágios e as diferentes teorias que podem transformar o trabalho do professor em processo científico.

Recomenda-se, também, que o professor, em conjunto com a equipe da escola, reflita sobre a estrutura curricular que está sendo oferecida e a compatibilidade deste com a estrutura cognitiva, afetiva e social do aluno, afinal, para a psicopedagogia a aprendizagem se baseia no equilíbrio dessas estruturas.

O professor deve, ainda, adaptar a linguagem utilizada em sala de aula, pois pode haver diferença de cultura entre professor e aluno, e isso pode causar conflito e dificuldade de comunicação e, conseqüentemente, problema na aprendizagem. Para Vygotsky (1993), todos os seres humanos são capazes de aprender, mas é necessário que adaptemos a nossa forma de ensinar.

O enfoque psicopedagógico da dificuldade de aprendizagem compreende então, os processos de desenvolvimento e os caminhos da aprendizagem. Compreende o aluno de maneira interdisciplinar, buscando apoio em várias áreas do conhecimento e analisando aprendizagem no contexto escolar, familiar e no aspecto afetivo, cognitivo e biológico.

Neste contexto, cabe então ao professor, com uma visão psicopedagógica, ser um investigador dos processos de aprendizagem de seus alunos, evitando que o problema de aprendizagem leve a um fracasso escolar.

Acreditar, porém, que o problema de aprendizagem é responsabilidade exclusiva do aluno, ou da família, ou somente da escola é uma atitude ingênua perante a grandiosidade que

é a complexidade do aprender. Procurar achar um único culpado para o problema é mais ingênuo ainda. A atitude que devemos tomar enquanto educadores desejosos de uma educação de qualidade, com um menor número de crianças com dificuldade de aprendizagem, é intervir psicopedagogicamente sobre o problema de aprendizagem.

Ludoterapia

A ludoterapia é uma forma de psicoterapia cuja meta é promover ou restabelecer o bem-estar psicológico do indivíduo, por meio de atividades lúdicas. No contexto de desenvolvimento social da criança, a atividade lúdica é parte do repertório e integra dimensões da interação humana necessárias na análise psicológica (regras, cadeias comportamentais, simulações ou faz de conta, aprendizagem observacional e modelagem).

Concordo com Silvaes (2001) quando ele diz que a possibilidade de uso integrado de diversas técnicas talvez explique a aplicação da ludoterapia a diversas questões relativas ao comportamento de crianças (traumas psíquicos, abuso sexual, retardo, adoção, orientação a filhos de dependentes químicos) e de adultos. Nas décadas de 1960 e 1970, o atendimento comumente realizado em terapia comportamental para crianças utilizava um programa que previa a administração de reforço positivo, punição, extinção, *biofeedback* e contrato de contingência, dentre outras intervenções.

As sessões lúdicas têm como objetivo habituar a criança às atividades dessa natureza e, assim, promover ou restabelecer seu bem-estar, enfatizando parte de uma cadeia de atividades da vida diária e reforçando positivamente a criança nos contextos de autonomia e assertividade. Os pais são orientados sobre aprendizagem inadequada, que pode ocorrer ao longo do desenvolvimento da criança. São discutidas crenças comuns aos pais (o termo “culpa”, por exemplo, é aplicado de modo inadequado em casos de encoprese) e eles são orientados acerca das reações sobre as quais a criança aprendeu a exercer controle.

As atividades lúdicas são escolhidas pela criança. A biblioterapia – uso de livros para abordar temas específicos relacionados ao tratamento – é uma forma de intervenção utilizada para alcançar os objetivos estabelecidos.

Em alguns casos, as intervenções eram implementadas pelos pais, com o mínimo de contato entre o terapeuta e a criança. Intervenções nas quais há pouco contato entre o terapeuta e a criança negligenciam a participação ativa da criança no atendimento. Além disso, são pouco eficazes nos casos em que há conflitos entre a criança e os responsáveis pelas

intervenções (em geral, os pais). O seguimento das orientações por parte dos pais é fundamental para o atendimento.

Os principais fatores que afetam a adesão ao atendimento são o nível educacional dos pais, a empatia do terapeuta face aos sentimentos ou reações emocionais dos pais e a interação terapeuta–cliente.

Conceitos de Vygotsky

Vygotsky (1996) propõe o estudo experimental do processo de formação de conceitos. O objetivo é verificar se a criança é capaz de descobrir o conceito representado pela palavra, ou seja, se a atenção está nas condições funcionais da formação de conceitos.

Os primeiros conceitos espontâneos são aqueles formados a partir da interação do sujeito com o mundo físico do dia a dia, enquanto os outros, conceitos científicos, normalmente são enunciados no ambiente formal do ensino, não tendo, portanto, a mesma gênese dos conceitos cotidianos.

A primeira dessas escolas considera que a aprendizagem deva seguir o desenvolvimento dos alunos. O papel do professor é o de identificar adequadamente o estágio de desenvolvimento do aprendiz e programar a aprendizagem de acordo com esse estágio. Assim, o desenvolvimento é um processo de maturação natural e a aprendizagem nada pode fazer para acelerar esse processo. Os trabalhos de Piaget se enquadram nessa categoria.

Um segundo grupo de psicólogos considera como sinônimos aprendizagem e desenvolvimento, identificando um com o outro. Dentro da escola, podemos enquadrar os comportamentalistas.

Uma terceira escola tenta juntar as duas posições, por achar que não são antagônicas. A gestalt se enquadra nessa terceira posição teórica. Vygotsky não concorda com nenhuma das três posições e argumenta que:

1. O desenvolvimento das bases psicológicas para o aprendizado de matérias básicas não precede esse aprendizado, mas se desenvolve numa interação contínua com as suas contribuições.
2. O aprendizado precede o desenvolvimento em muitas áreas.
3. O aprendizado de uma matéria influencia o desenvolvimento das funções superiores, além dos limites da matéria específica.

Metodologia

Pesquisa realizada após leitura, análise e separação dos dados mais relevantes da bibliografia pesquisada. Por haver uma vasta gama de material bibliográfico, já que o tema é composto por variados assuntos, e tempo suficiente para a execução deste estudo, ele se mostra viável. O interesse e a importância do trabalho aqui proposto, para profissionais e estudiosos, reforça a viabilidade em questão.

Considerações finais

O presente estudo faz perceber que o lúdico e os problemas de aprendizagem estão intimamente relacionados. A criação do curso de psicopedagogia possibilitou, assim, o trabalho em conjunto. Segundo Marta Darsie (1999, p.36), “toda prática educativa traz em si uma teoria do conhecimento. Esta é uma afirmação incontestável e mais incontestável ainda quando referida à prática educativa escolar”. Um conceito importante da teoria de Vygotsky é o da Zona de Desenvolvimento Proximal. Ela é definida como uma zona cognitiva na qual os estudantes são capazes de trabalhar (solucionar problemas) se assistidos, mas não de fazê-los sozinhos.

Os problemas de aprendizagem constituem uma situação real. Portanto, é necessário que todos os envolvidos com questões educacionais realizem pesquisas que possibilitem conhecer cada vez melhor as relações entre os problemas de aprendizagem. Assim, pode-se recorrer ao psicopedagogo para estruturar formas de ações e ou intervenções psicopedagógicas que clareiem o caminho percorrido pelos sujeitos.

Como futura psicopedagoga, interesse-me por assuntos relacionados a essa profissão. Por deparar-me com as necessidades de aprendizagem de crianças em meu consultório psicológico, resolvi fazer pós-graduação em psicopedagogia – área de grande relevância nos dias atuais, intimamente relacionada ao trabalho lúdico. Essa tem se mostrado a forma mais eficaz de fazer com que a criança se sinta totalmente à vontade e, assim, abra-se pouco a pouco durante as sessões.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, S. F. C. O lugar da afetividade e o desejo na relação ensinar-aprender; In: Revista Temas em Psicologia. Ribeirão Preto – SP: Sociedade Brasileira de psicologia, 1993, n.1.

BOSSA, N. **A Psicopedagogia no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DANTAS, H. Brincar e Trabalhar. In: KISHIMOTO, T. M. (org). **Brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 1998.

DARSIE, M. M. P. **Perspectivas Epistemológicas e suas Implicações no Processo de Ensino e de Aprendizagem**. Cuiabá: Uniciências, 1999.

FERNÁNDEZ, A. **O Saber em jogo**: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PIAGET, Jean. **A equilibração das estruturas cognitivas: problema central ao desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SILVARES, E.S. **Ludoterapia cognitivo-comportamental com crianças agressivas**. Santo André: Esetec, 2001

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

WEISS, M. L. Reflexões sobre o diagnóstico psicopedagógico. In: BOSSA, N.A. **Psicopedagogia no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2000.